



SUSTENTABILIDADE: DA TEORIA À PRÁTICA – POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA¹

PEREIRA, Uhênia Caetano²

Resumo

A falta de clareza quanto ao arcabouço teórico no qual se baseia a noção de sustentabilidade, a não identificação com o lugar e a ausência do sentimento de pertencimento são algumas das principais causas que emperram a prática cotidiana de hábitos sustentáveis por educadores e estudantes? Que barreiras precisam ser transpostas a fim de diminuir a distância entre o que se lê, o que se ensina e o que se pratica? Percebe-se a necessidade urgente de investimentos voltados para uma educação sustentável, pois só o trabalho realizado nas escolas ou meios de comunicação não tem surtido efeito para transformar o consumo e os hábitos em atitudes sustentáveis. Este trabalho parte da hipótese que o entendimento da comunidade escolar local sobre desenvolvimento sustentável se pauta numa visão clássica e positivista, que difunde a informação, mas que não se traduz em prática. Os questionários foram aplicados também junto aos servidores e direção da escola campo. Neste contexto, a falta de clareza e profundidade quanto à temática ambiental acaba por gerar ações pontuais e desconectadas e as propostas do PCN não são colocadas em prática na escola campo.

Palavras-chave: educação ambiental; sustentabilidade; práxis.

Contextualização e Comunidade Escolar

Este trabalho partiu de algumas inquietações geradas no decorrer de 10 anos de prática como educadora, trabalhando na rede pública estadual do município de Minaçu/GO, com as disciplinas de Geografia, Ciências e Matemática do ensino médio. Tornou-se possível pelo amadurecimento teórico proporcionado através das discussões e troca de experiências no âmbito da Universidade, por meio do desenvolvimento de um projeto de pesquisa vinculado ao Curso de Geografia da Unidade Universitária de Minaçu e aprovado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, e pelas leituras e diálogos estabelecidos nos encontros de Pós-Graduação *Lato sensu* em Geografia Física.

¹ Relatório Final de Projeto de Pesquisa (n. 185) aprovado junto a PrP 2006/2.

² Docente, Curso de Geografia – UEG/UnU Minaçu. Coordenadora do Projeto “Sustentabilidade: da teoria à prática”.

E-mail: uhenea@hotmail.com



A pesquisa foi desenvolvida no Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas, onde funcionam os turnos matutino, vespertino e noturno. É uma das maiores escolas do município em número de estudantes, portanto acaba atendendo um público bem variado por oferecer Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em função disso acaba lidando também com uma comunidade bastante diversa, incluindo estudantes que moram na zona rural.

É comum educadores formados em outras áreas ministrarem disciplinas para as quais não possui especialização, numa tentativa de atender as demandas da Instituição aliada a inexistência de oferta de cursos de graduação e pós-graduação específicos, inclusive nos municípios vizinhos.

Os espaços não construídos, em sua maioria, foram impermeabilizados com cimento, tendo poucas áreas verdes e árvores, não fugindo à regra das demais escolas existentes no município e na cidade. A infra-estrutura para coleta de resíduos sólidos é restrita a cestos para coleta de lixo dispostos nas salas de aula e alguns vasilhames colocados no pátio. Os resíduos são coletados pelo serviço público de limpeza urbana e encaminhados para o aterro municipal.

Em relação às características sócio-ambientais do entorno, o Colégio localiza-se muito próximo a áreas que oferecem risco à moradia ocasionados por processos erosivos deflagrados com eventos intensos de chuva e aliados ao tipo de solo friável e relevo acentuado, marcando a geofoma residual sob o Setor Serrinha, bairro vizinho. Outra característica desse bairro é que muitas das ocupações são irregulares acontecendo, inclusive, em canais intermitentes. Possui grande densidade populacional e infra-estrutura urbana precária abrigando uma comunidade de baixa renda.

O município é o único que explora o amianto crisotila, extremamente criticado por alguns setores e organizações pró-banimento do amianto, por conta dos possíveis efeitos à saúde humana, principalmente associados a doenças respiratórias e cancerígenas. Possui também uma das maiores reservas de vegetação original de cerrado, dada as limitações impostas pelo conjunto geomorfológico regional dominado pela Serra da Mesa e depressão do Tocantins. Conta ainda com dois reservatórios artificiais formados pelas Usinas Hidrelétricas de Serra da Mesa e de Cana Brava, sendo a primeira uma das maiores do Brasil, ambas oportunizando novas expectativas de desenvolvimento pela geração de renda através do turismo e da pesca.



Estes e outros aspectos são importantes para serem explorados pelos educadores para a prática da Educação Ambiental associada a diversas disciplinas, permitindo uma maior compreensão do meio no qual estão inseridos, embora não tenha sido observada nos resultados dos questionários aplicados para todos os grupos: educadores, estudantes, demais funcionários e direção.

Objetivo Geral

Avaliar como educadores e estudantes da rede pública estadual e particular entendem o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando estabelecer uma relação com suas práticas cotidianas.

Sustentabilidade, Escola e o Papel da Educação Ambiental

A falta de clareza quanto ao arcabouço teórico no qual se baseia a noção de sustentabilidade, a não identificação com o lugar e a ausência do sentimento de pertencimento são algumas das principais causas que emperram a prática cotidiana de hábitos sustentáveis por parte de educadores e estudantes? Que barreiras precisam ser transpostas para diminuir a distância entre o que se lê, o que se ensina e o que se pratica? Tais questionamentos traduzem uma reflexão necessária à superação do atual modelo de ensino em busca da sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade começou a ser elaborado em 1973, um ano depois da Conferência de Estocolmo, mas sua projeção mundial só ocorreu em 1987. Esse conceito parte do princípio de que o atendimento às necessidades básicas das populações, no presente, não deve comprometer os padrões de vida das gerações futuras. A utilização dos recursos deve ocorrer de acordo com a capacidade de reposição da natureza, de forma que o crescimento econômico não venha a agredir violenta e irreparavelmente os ecossistemas e possa, ao mesmo tempo, reparar os graves problemas sociais.

A viabilização da sustentabilidade exige também o estabelecimento de políticas governamentais, ações empresariais e da sociedade. Exige a melhoria da qualidade de vida de parte significativa da população terráquea que vive em condições subumanas e exige, por fim, a modificação dos padrões de consumo das sociedades.



É preciso promover mudanças de hábitos de consumo e, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças sociais. É necessário reaprender a consumir.

De acordo com Sorrentino (2004) é preciso resgatar e construir um conjunto de ações e reflexões que propicie atitudes compromissadas com outro paradigma de sociedade e organização social, apontado para a importância do sentido de pertencimento, participação e responsabilidade.

A necessidade de construção de outro paradigma sustentável leva a repensar e questionar vários hábitos da população associados, dentre outros fatores, ao consumismo. Não é possível alcançar com êxito essa perspectiva sem uma educação voltada para questões de mudanças de hábitos e práticas de consumo.

Para Vieira (1998) a ênfase colocada na escala planetária e no horizonte de longo prazo exprime o surgimento de um novo limiar de complexificação do inter-relacionamento entre os sistemas socioculturais e seu substrato biofísico, numa hierarquia de níveis de organização que se estende do local ou comunitário ao global ou ecosférico.

Percebe-se a necessidade urgente de investimentos voltados para esse fim, pois só o trabalho realizado nas escolas ou meios de comunicação não tem surtido efeito para realmente transformar a sociedade em uma sociedade com consumos e hábitos sustentáveis.

Para isso, é indispensável ir além da promoção de palestras explicativas sobre o que é desenvolvimento sustentável e *apresentações teatrais* pontuais por ocasião de datas comemorativas, a exemplo do Dia da Árvore, Dia Mundial do Meio Ambiente dentre outros. É preciso problematizá-lo enquanto paradigma, entender sua importância, aplicabilidade e alternativas, procurando contextualizar seu surgimento frente à necessidade de um mundo mais justo, mais humano e menos feio, nos dizeres de Gadotti (2004), destacando as contribuições das primeiras conferências realizadas sobre o meio ambiente, os principais assuntos enfocados, os países que aceitaram ou não assinar os acordos e tratados internacionais para causas sustentáveis, tal como o Protocolo de Kyoto.

A principal função do trabalho com o meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações valores, com o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a educação (ALVES et al, s.d, p.12).



A Educação Ambiental aparece como instrumento fundamental à transformação das pessoas. É à luz da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei Federal n. 9.795/99, que se entende Educação Ambiental (EA) para fins desta pesquisa como sendo

Um conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum e do povo, essencial à ótima qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRA, 1999, p.1).

No artigo 2º da PNEA, a educação ambiental é declarada direito de todos e componente essencial da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Na educação formal a EA aparece em **Meio Ambiente**, um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que exigiram dois anos de preparação e foram oficialmente lançados no Dia do Educador em 1997 estão entre os fatos marcantes da EA do país. Afinal, eles levaram uma proposta inovadora para um número recorde de pessoas: só no ensino fundamental, o senso escolar de 1994 revelou um Brasil com 31,2 milhões de estudantes/as (88,4% na escola pública) estudando em 194.487 escolas, com 1,3 milhões de docentes (86,3% na rede pública). Cada docente recebeu em casa uma cópia dos PCN onde se sugere que Meio Ambiente seja um dos temas transversais na educação formal. Em outras palavras, propõe-se que as questões ambientais (inclusive o estudo do ambiente escolar e do local onde as crianças moram) permeiem os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória (ALVES et al., s.d., p.10).

A educação formal nesse contexto deve, prioritariamente, promover um aprendizado capaz de transformar ações que economizem recursos, evitem desperdícios e gerem hábitos mais saudáveis, ou seja, deve servir para viabilizar outro modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a avaliação do que se entende por desenvolvimento sustentável e a relação desse entendimento com as práticas cotidianas de educadores e estudantes procurou levantar informações importantes para subsidiar uma proposta de EA que se traduza em um resultado mais efetivo e que reduza a distância entre a teoria e a prática sustentável cotidiana.

Este trabalho partiu da hipótese que o entendimento da comunidade escolar local sobre desenvolvimento sustentável se pauta numa visão clássica e positivista, conforme explica Sorrentino (2004, p.2), o que não basta para a efetiva transformação. Para o autor,



tal transformação poderia acontecer por intermédio de outros valores para além daqueles que sustentam o modo de produção capitalista.

A avaliação da manifestação local dessas questões ocorreu através de uma pesquisa de campo em uma escola pública estadual, onde se objetivou, de um modo geral, avaliar como educadores e estudantes da rede pública entendem o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando estabelecer uma relação com suas práticas cotidianas.

Especificamente procurou-se avaliar a prática de hábitos sustentáveis por educadores e estudantes; traçar um perfil sócio-econômico e cultural dos entrevistados; verificar como o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido abordado na escola; avaliar o papel da educação formal na construção de uma cidadania para a sustentabilidade; diagnosticar os principais limites à prática e ações locais sustentáveis; identificar os eventos e atividades de educação ambiental promovidos nas escolas; verificar o conhecimento e envolvimento da escola para com implantação da Agenda 21 Local; avaliar a relação entre educação ambiental, percepção espacial e transformação; avaliar como a educação ambiental tem sido trabalhada na escola; verificar se a escola conhece e pratica os princípios da EA estabelecidos na Política Nacional de Educação Ambiental; verificar como as escolas estão trabalhando a EA na perspectiva da transversalidade apontada pelos PCN's; e, por fim, conhecer a relação que a escola estabelece com a comunidade.

A idéia é, a exemplo de Fajardo (2003), inserir no conceito de cidadania, pelo qual nos fazemos participantes ativos na sociedade, a preocupação pela casa comum, pelo ambiente que nos cerca, pelo futuro de nossos filhos e filhas, pela preservação de toda a vida e pelo sentimento de responsabilidade pelo futuro comum da Terra e da Humanidade (BOFF, 2003).

A educação ambiental, então, além de ser um processo de mudança e formação de valores, bem como de preparo para o exercício da cidadania, constitui-se em um conjunto de idéias contrárias às idéias prevaletentes no sistema social atual, contrárias às idéias de egoísmo e de individualismo, a favor da transformação social com ética, com justiça social e com democracia. É uma luta a favor de novas idéias e valores éticos, em que deve prevalecer a melhoria da qualidade de vida para todos (PELICIONE, 2005, p. 596-597).

Os aspectos mencionados são básicos para a superação do modelo tradicional de educação através da construção de uma nova escola.

Podemos ainda falar numa nova escola, a escola cidadã, gestora do conhecimento, não lecionadora, com um projeto ecopedagógico, isto é,



ético-político, uma escola inovadora, construtora de sentido e plugada no mundo (GADOTTI, 2000, p.47).

É para a construção dessa nova escola que esperamos contribuir através desta pesquisa.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada numa escola da rede pública de ensino no município que aceitou participar do trabalho, o Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas. Fundado em 1978, o Colégio funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno com 1.357 estudantes. Oferece Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Possui 82 funcionários, destes 40 são educadores.

Foram aplicados questionários junto aos estudantes e educadores da fase do Ensino Fundamental (3º e 4º Ciclos) a fim de colher as informações necessárias para o diagnóstico da problemática. Procurando avaliar o engajamento da escola através de seu Projeto Político Pedagógico nas questões ambientais globais e locais, seu conhecimento acerca da Política Nacional de Educação Ambiental e de instrumentos locais que visam à promoção da sustentabilidade como a Agenda 21, o mesmo questionário também foi aplicado ao gestor da instituição de ensino.

A escolha de trabalhar com o ensino fundamental justifica-se porque é nessa fase que são (ou deveriam ser) construídos os instrumentos necessários a promoção de ações conscientes no dia a dia e uma série de outras habilidades e competências que contribuiriam para a formação de uma visão crítica, autônoma e consciente, fundamentais à construção da sustentabilidade, conforme indicam os objetivos formulados nos PCN's para o ensino fundamental.

Espera-se, de acordo com as diretrizes apresentadas pelos Parâmetros, que os estudantes do ensino fundamental sejam capazes de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como, exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;



- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como os aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Procurou-se, ainda, observar e perceber, no espaço da escola, a prática de hábitos sustentáveis tais como coleta seletiva de lixo, separação, triagem; o cuidado e a identificação com o lugar por parte dos atores que vivem o ambiente escolar.

A escola foi fotografada e, juntamente com os questionários e de posse do projeto político pedagógico, procedeu-se a análise dos resultados buscando identificar a matriz teórica, política e ideológica que subsidia o discurso e a prática da sustentabilidade nesses espaços.



Resultados e Discussões

Os questionários foram aplicados após uma breve explicação do que se tratava a pesquisa e quais os objetivos propostos. O grupo de educadores e direção tiveram um prazo de dois meses para responderem. Dos setenta questionários aplicados abrangendo toda a comunidade escolar interna, somente vinte e quatro retornaram, sendo dezenove de estudantes e cinco de educadores. Também não se obteve retorno do questionário aplicado à direção do Colégio. **Todos** os questionários estavam parcialmente preenchidos, indicando, provavelmente, insegurança e pouca profundidade teórica acerca do tema tratado, uma vez que o respondente não precisava identificar-se.

Passa a analisar, por grupo de respondentes, os resultados obtidos. Primeiramente serão apresentados aqueles relacionados aos educadores.

Em relação ao grupo de educadores, quando questionados sobre o Projeto Pedagógico do Colégio, todos afirmaram conhecê-lo, embora não tenham listado as ações ambientais contempladas no documento.

Os cinco respondentes afirmaram ter ouvido falar da Agenda 21, sendo que três completaram dizendo não conhecer profundamente sobre o assunto.

Em relação à Política Nacional de Educação Ambiental, quando questionados se a conheciam, dois responderam que não, os demais educadores deixaram em branco. Isso explica as respostas à questão seguinte, sobre se a EA deveria ser inserida no currículo escolar como matéria independente: todos os cinco foram unânimes em afirmar que sim. Esse resultado demonstra um aspecto preocupante que passa pelo desconhecimento do contexto histórico e dos preceitos teóricos que culminaram na criação de uma política de EA nacional construída a muitas mãos nos fóruns e discussões globais, a exemplo da Eco 92, que resultou também na elaboração da Agenda 21 nacional. Isso se expressa na superficialidade das respostas sobre a questão da Agenda 21, enquanto que em outros estados e municípios brasileiros o processo de discussão, criação e implantação das agendas 21 locais segue em estágio adiantado, a exemplo de São Paulo.

As respostas acerca dos temas transversais, quando existentes, demonstraram uma concepção deste como sendo temas a serem tratados procurando integrar as disciplinas, demonstrando uma confusão comum entre os termos: interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.



Sobre a capacitação oferecida alguns educadores citaram que a escola promove sim, mas não especificamente em EA. Um fato importante, diante de todos os resultados apresentados, pois demonstra a necessidade premente tanto de cursos de especialização *Lato sensu*, quanto de oficinas teórico-práticas, o que poderia ser oferecido pela Unidade da Universidade Estadual de Goiás, em Minaçu, uma vez que a dificuldade de deslocamento para Goiânia, Anápolis, Brasília ou outras instituições de ensino superior para especialização acabam se constituindo em entrave para o aperfeiçoamento profissional.

Todos os respondentes afirmaram que a escola desenvolve projetos ambientais com a participação dos estudantes e pais, mas estes se referem a palestras e atividades em datas comemorativas ao Dia Mundial da Água e do Meio Ambiente, Dia da Árvore, entre outros. Não há, portanto, projetos e atividades permanentes em EA que envolvam, discutam e proponham intervenções na comunidade acerca dos problemas sócio-ambientais do entorno ou do município.

Três dos educadores, ao conceituarem meio ambiente, se referiram a este utilizando expressões do tipo “a natureza”, as “matas e cachoeiras”, “o ambiente natural que precisa ser cuidado”, ou seja, se referindo a uma natureza que é externa ao eu, remetendo aquela idéia de natureza ainda intocada. Uma quarta resposta traz uma concepção mais ampla, embora vaga, ao responder como sendo “aquilo que está a nossa volta”. Se referindo ao termo desenvolvimento sustentável das três respostas duas disseram se tratar de “um desenvolvimento que respeita a natureza” e a terceira disse que não sabia responder. Os demais respondentes deixaram em branco.

Quanto ao Grupo Estudantes, quando perguntados se já ouviram falar de Meio Ambiente na Escola, todos foram unânimes em responder que sim, sendo que 5 % disseram ser através dos professores e de amigos; 5% afirmaram ser através dos professores e dos pais e os demais 90 %, somente através dos professores. Isso demonstra que a escola exerce um papel fundamental e determinante na relação que o estudante estabelece com o ambiente e na construção da noção de cidadania.

Segundo os respondentes o tema Meio Ambiente é abordado nas disciplinas de Ciências, Geografia e Português. Sendo que, somente em Ciências aparece em primeiro lugar (mencionado por 13 respondentes); em Ciências e Geografia em segundo (12 respondentes) e, finalmente, Português, sendo mencionado por apenas 01 dos respondentes. Isso demonstra que as ações de interdisciplinaridade e / ou transversalidade não são efetivas ou percebidas pelos estudantes. Observa-se, num olhar mais abrangente



que o que é sugerido ou proposto no PCN, não é posto em prática na escola, haja vista que é a Educação Ambiental deve ser tratado como um dos temas transversais, que as questões ambientais sejam discutidas em todas as disciplinas, principalmente no período obrigatório.

Quando questionados sobre o que é meio ambiente, 53% dos estudantes não responderam; 15 % disseram ser “tudo que nos rodeia”; 20 % se referiram a elementos da natureza; 12 % não souberam responder.

31% dos estudantes disseram que ensinam para os pais o que eles aprendem sobre o tema na escola; 32 % afirmaram que não ensinam e 31 % afirmaram que às vezes ensinam. É interessante observar este resultado, pois, embora ainda timidamente, os estudantes acabam exercendo um papel de reeducadores dos pais acerca das questões ambientais, uma vez que apenas 5% dos estudantes afirmam ouvir falar de Meio Ambiente através destes.

As respostas que se referiram as ações de cuidado com o meio ambiente, ou seja, que demonstram uma atitude de mudança de hábito para práticas mais sustentáveis, foram esclarecedoras, no sentido de demonstrar a fragilidade com que a temática é tratada no ambiente escolar não se traduzindo na interiorização e transformação do educando e, conseqüentemente, da comunidade: considerando o contexto da escola, da rua e da casa onde moram, apenas 04 estudantes responderam, destes 03 disseram que não fazem nada e 01 afirmou cuidar das árvores.

Quanto ao lixo produzido pelos estudantes na escola, 47% afirmaram jogar no cesto de lixo que fica dentro da sala de aula; 47% afirmaram jogar no chão, alegando não ter recipiente para coleta na sala de aula; e 5% disseram jogar em outros lugares. Acerca do lixo produzido em suas casas, 95% disseram que jogam no cesto de lixo e 5% afirmaram que jogam em buraco e queimam. Essa última resposta demonstra uma prática comum dos moradores da zona rural, uma vez que a escola atende uma comunidade bastante diversa, e que deveria ser mais explorada no contexto da EA.

Finalmente, quando questionados sobre o que é desenvolvimento sustentável, 68% dos estudantes afirmaram não saber; 11% se referem aos elementos naturais e 21% entendem que se refere a uma noção de desenvolvimento para a melhoria de vida das pessoas, respeitando a natureza.

Observou-se também que atividades conjuntas para conhecimento e discussão dos temas transversais dos PCN's e suas diretrizes para EA e como estas poderiam ser



desenvolvidas de modo permanente na escola praticamente inexistem, deixando a desejar também a sua integração com as determinações da PNEA e uma possível articulação com a Agenda 21 nacional.

Analisando as respostas do Grupo Estudantes no geral, quando comparadas aos resultados observados no Grupo Educadores percebe-se que a falta de clareza e profundidade quanto a temática ambiental acaba por gerar ações pontuais e desconectadas, não explorando as potencialidades inerentes ao lugar e à diversidade da comunidade que a escola atende.

Considerações Finais

Percebeu-se, de um modo geral, que embora algumas ações de EA sejam desenvolvidas na escola elas não acontecem de modo integrado e permanente, evidenciando a ausência de uma reflexão coletiva acerca do tema, inclusive nos momentos de elaboração do Projeto Pedagógico da escola. A articulação do tema nas disciplinas, quando acontece, explora pouco o contexto local / regional e as questões sócio-ambientais, o que poderia ser melhor aproveitado através do desenvolvimento de projetos de intervenção na comunidade acerca, por exemplo, de problemas ambientais comuns como a questão do lixo, da arborização urbana, entre outros.

Existe uma necessidade urgente em promover oficinas e cursos de capacitação em EA voltados para o aprofundamento e reflexão teórica dos temas aqui tratados, para que os educadores possam também ser sensibilizados e, no processo, contribuam com os estudantes para o fortalecimento de uma educação ambiental para a vida, que seja libertadora e transformadora.

Referências Bibliográficas

ALVES, Jackson Emanuel Hora et al. *Noções Básicas de Educação Ambiental: uma proposta de formação continuada*. Ed. Grafset: Goiânia/GO, s.d.

BOFF, Leonardo. Prefácio. IN: FAJARDO, Elias. **Ecologia e cidadania: se cada um fizer a sua parte...** Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003. 160p.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 28 de abril de 1999. Seção I. p. 1-3.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos – apresentação dos temas transversais*. Brasília, MEC/SEF, 1998. 436 p.



FAJARDO, Elias. Ecologia e cidadania: se cada um fizer a sua parte... Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003. 160p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo, 2004.

PELICIONE, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental: evolução e Conceitos. IN: PHILIPPI JR, Arlindo (ed.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP: Manole, 2005. (Coleção Ambientla; 2).

SENE, Eustáquio de C.; MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil. Scipione: São Paulo, 2002.

SORRENTINO, Marcos. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. 2004 (texto avulso).

VIEIRA, Paulo Freire. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. IN: VIOLA, E.J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. p.45-98.